

O QUE ERA SER UM ROMANO?

Carlos Carvalhar
carloscarvalhar@gmail.com

RESUMO

Este artigo trata da identidade romana e suas relações de alteridade, focando na discussão sobre a cidadania romana, a *civitas*, em seus distintos níveis hierárquicos, principalmente durante os períodos da República e do Império. Trata-se aqui, obviamente, de um panorama geral sobre a questão da cidadania em Roma, pois um estudo mais aprofundado exigiria um recorte geográfico e temporal bem delimitado, uma vez que, ao longo da história romana, muitas foram as variações de participação política. É discutido também a criação do conceito de romanização e como os ideais do Império Romano foram usados por uma corrente historiográfica enviesada para justificar a colonização europeia mais recente. Por fim, se pretende ressaltar como Roma conseguiu cooptar as elites locais para reforçar seu domínio e a expansão de sua *humanitas*, criando assim a força do mito de Roma.

Palavras-chave: Roma. Cidadania. Identidade. Romanização.

WHAT MEANT TO BE A ROMAN?

ABSTRACT

This article discusses Roman identity and its relations of alterity, focusing on citizenship, *civitas*, in its distinct hierarchical levels, mainly during the periods of the Republic and the Empire. This is obviously a general overview of the question of citizenship in Rome, since a more in-depth study would require a well-defined geographical and temporal cut, since, throughout Roman history, there were many variations of political participation. The creation of the concept of Romanization and how the ideals of the Roman Empire were used by a biased historiographic current to justify the more recent European colonization is also discussed. Finally, it is intended to highlight how Rome was able to co-opt local elites to reinforce its dominance and the expansion of its *humanitas*, thus creating the strength of the myth of Rome.

Keywords: Rome. Citizenship. Identity. Romanization.

Apesar da escassa documentação e cultura material até o surgimento da República, no século VI AEC, acredita-se que Roma teria sido fundada por chefes etruscos na região do Lácio e que, durante seu início, seus aldeamentos mais antigos eram ainda pequenos conglomerados de comunidades tribais pouco organizadas¹. A cidade de Roma surgiu ainda no séc. VIII antes de nossa era, fundada por esse povo etrusco que a dominou durante a fase monárquica de sua inauguração e tendo sido muito influenciada posteriormente

¹ BELTRÃO et al., 2009, p. 197-198

pela cultura helênica. Além disso, ao longo de todo seu desenvolvimento, Roma sempre manteve algum contato com os povos vizinhos, como os sabinos, os oscos, os úmbrios e os latinos. Dessa forma é possível notar que, desde o início, Roma foi um grande polo de interação cultural, sendo que séculos depois ela ainda se manteria como “um amálgama confuso de romanos, italianos, estrangeiros, escravos e libertos”². Roma, enfim, cada vez mais incorporou pessoas oriundas dos mais diversos povos, mas definindo hierarquias quanto à sua cidadania.

Durante o período monárquico (séc. VIII – VI AEC) a composição da cidade era dividida entre dois grupos: os *patrícios* e os *plebeus*. Aqueles eram os primeiros habitantes de Roma, ligados a uma *gens* (grupo de famílias), enquanto que a origem do segundo grupo se conhece pouco, mas acredita-se que tenham surgido posteriormente na *urbs* inicial, atraídos pelo desenvolvimento citadino das *gentes*³. É somente com o crescimento da cidade que se pode falar propriamente em ‘cidadania’, isso por causa da necessidade que surgiu de se integrar à *urbs* essas comunidades mais amplas, os plebeus⁴. No início de Roma apenas os patrícios tinham direitos políticos, tendo a plebe conquistado os seus direitos ao longo dos anos e com muita luta. Por fim, é apenas com a Constituição Antonina (a *Constitutio Antoniniana de Civitate* do imperador Caracala, no séc. II da nossa era, que toda a população do Império obteve a cidadania romana.

Com a queda da monarquia etrusca, a República despontou no século VI AEC e consolidou como vitoriosa a aristocracia rural romana, formada por proprietários fundiários. O modelo de bom cidadão, então, era o agricultor proprietário de terra e soldado, ou seja, os cidadãos romanos eram camponeses e soldados, cujas principais fontes de renda eram as explorações de suas terras⁵. Nessa época, essa região toda era ainda “um mundo de cidades e de proprietários privados”⁶, fato acentuado pelas conquistas do séc. II AEC, onde as “riquezas adquiridas na expansão não foram acumuladas por um monarca, mas ‘privatizadas’ entre os cidadãos: escravos, metais, bens artesanais, postos e rotas de comércio”⁷, tendo se tornando, então, itens privados oriundos das conquistas da *res publica*. Contudo, sobre essa relação do cidadão com a coisa pública, é preciso notar que:

O termo *res publica* significa literalmente ‘a coisa pública’ e designa uma noção tanto jurídica quanto política. Envolve uma organização institucional determinada por regras de direito, pela solidariedade e união dos cidadãos em uma comunidade; é a expressão política do povo em seu conjunto (*populus*). O interesse particular de cada um deve, portanto, estar normalmente subordinado ao interesse superior do conjunto, à *res publica*. (CORASSIN, 2006, p. 276).

2 GUARINELLO, 2013, p. 143.

3 BELTRÃO et al., 2009, p. 201-202.

4 BELTRÃO et al., 2009, p. 220.

5 CORASSIN, 2006, p. 272.

6 GUARINELLO, 2013, p. 129.

7 GUARINELLO, 2013, p. 129.

Com o desenvolvimento e enriquecimento da República, houve a consequente expansão populacional de Roma, acarretando a inclusão de mais pessoas convivendo na *urbs*, aumentando assim o conjunto da plebe. No entanto, a cidadania era ainda restrita a um pequeno grupo durante o início da República, somente sendo estendida a toda população livre da Itália após a Guerra Social de 90-88 AEC⁸. Dessa forma, o “velho patriciado dos primeiros tempos da República evoluiu para a *nobilitas* patricio-plebeia, que conservou sempre o aspecto aristocrático, interessada em ressaltar a tradição das famílias nobres”.⁹ Durante a República, então, ser cidadão contava com um aporte jurídico para a sua cidadania romana, o *ius civile*, que o permitia ter a vida regulada por um direito comum, mas também havia o *onus*, as obrigações do cidadão, pois ele tinha que estar sempre solícito a *res publica*, contribuindo com as atividades militares, a fiscalidade e à vida política como um todo¹⁰.

Ao contrário de nossa época, onde os países têm fronteiras bem distintas e que, usualmente, basta nascer para pertencer à cidadania daquele lugar, na época da Roma antiga a cidadania era algo muito mais complexo. De certa forma, a cidadania romana acompanhava o indivíduo, pois ele já era um símbolo de Roma e o representante de um certo ideal civilizatório. A *civitas romana* era, então, um direito social que o cidadão romano possuía e que transportava consigo para fora da comunidade na qual ele era recenseado¹¹, ou seja, um cidadão romano não precisava ter nascido necessariamente em Roma.

Entretanto, para ter o status de cidadão romano não bastava nascer no espaço delimitado da cidade, afinal, os escravos não eram cidadãos – salvo se ganhassem a liberdade. Destarte, a cidadania romana não se restringia à ideia do espaço geográfico da cidade romana, ser cidadão era, na verdade, fazer parte do que Roma tinha construído. Mas essa cidadania tinha níveis, variando de uma cidadania completa àquelas de menor poder, em suma, havia uma hierarquia de poderes dentro dessa ideia de cidadania. Ser um cidadão romano, então, era fazer parte de um ideário oriundo da educação e respeitar os costumes antigos, estar disposto a cumprir seus deveres solicitados por Roma e ter, em contrapartida, seus direitos assistidos pelo governo, isto é, a cidadania romana não se tratava apenas dos limites do território.

A palavra do latim *limes* é o mais próximo do que comumente chamamos como fronteira, no entanto, “a ideia de fronteira no mundo romano não deve ser entendida em termos lineares, estanques, mas como uma franja de território, local de união e integração entre aqueles que eram culturalmente diferentes”¹². Ao contrário de nossas atuais divisas entre países, onde por conta da expansão das grandes cidades contemporâneas e a formação de conglomerados urbanos, atravessar a fronteira pode significar apenas atravessar uma rua, na época de Roma, não havia uma linha divisória tão restrita. Cruzar uma

8 CORASSIN, 2006, p. 277.

9 CORASSIN, 2006, p. 274.

10 CORASSIN, 2006, p. 274.

11 SESTON, 1980, p. 6.

12 MENDES, 2007, p. 46, nota 9.

fronteira era como atravessar um gradiente de civilidade entre os que eram considerados como civilizados (os romanos, claro) e os bárbaros, seus vizinhos – próximos na geografia, mas longínquos para a cultura romana. Essa faixa cinzenta entre os dois mundos, o da identidade e o da alteridade, demarcava a flexibilidade das fronteiras romanas com relação à cidadania e já era apontada pelos autores antigos como uma das razões da expansão da hegemonia romana¹³. Assim, portar a cidadania romana era fazer parte da cultura romana, o que, por sua vez, era não só uma definição e um modelo de civilidade, mas *a civilidade*.

O pertencimento ao mundo romano é, portanto, uma construção social, não apenas pelo uso do poder e da violência, mas pela influência transmitida pela cultura e na formatação de um ideal do que é ser humano. O conceito de *humanitas* é uma peça chave nessa expansão romana, meio difícil de ser traduzido também, pois em seu contexto representa a humanidade, mas é a única verdadeira humanidade, aquela que é tida como civilizada, logo, a romana, aquela que detém *a cultura*. Em seu livro *História Natural*, por exemplo, Plínio (o Velho – séc. I EC), chega a dizer que Roma era um resumo do mundo e que ela havia levado a civilização – a *humanitas* – para todas as regiões conhecidas do planeta¹⁴. Essa ideia de *civilização* era a característica que diferenciava a identidade romana dos povos bárbaros, os incivilizados, o que criava o ‘nós’ e os ‘outros’. Era, então, o que separava os povos que eram considerados sem cultura e, concomitantemente, unia os romanos em torno de uma identidade própria. A *humanitas*, como ideia de natureza humana civilizada, era produzida pela junção de dois fatores: a educação (influenciada pela *Paidéia* grega), o conhecimento adquirido pelos estudos e os costumes da tradição, o *mos maiorum*, os conhecimentos passados de geração à geração desde os antepassados¹⁵. Assim, em Roma valorizava-se o passado, evitando as novidades, *res novae*, que geralmente não eram bem vistas¹⁶.

Apesar dos romanos valorizarem a tradição, a República vinha se expandindo e ela precisou, gradativamente, incluir cada vez mais as pessoas da plebe, se tornando necessário fornecer a sua cidadania, cedendo às lutas sociais e evitando revoltas. No entanto, a participação política e o conseqüente poder de mudar a realidade era restrito ainda ao *civis optimo iure*, o cidadão que dispunha “do direito de voto (*ius suffragii*) e do direito de ser eleito magistrado (*ius honorum*)”¹⁷. Essa situação só começou a mudar quando o general Caio Mário (séc. II a.e.c), o primeiro *imperator*, abriu as posições do exército para cidadãos sem posse, os *proletarii* (aqueles que só declaravam sua prole) e os *capite censi* (que declaram apenas a si mesmos), com isso criando “uma relação de clientela que seria foco de imensos conflitos no século seguinte”¹⁸. É que, após as guerras, o espólio conquistado

13 GUARINELLO, 2013, p. 115.

14 GUARINELLO, 2013, p. 152.

15 MENDES, 2007, p. 47, nota 14.

16 CORASSIN, 2006, p. 273.

17 CORASSIN, 2006, p. 277.

18 GUARINELLO, 2013, p. 133.

era dividido também com os soldados, sendo assim os generais, ao distribuírem os bens materiais como terras, escravos e metais, foram capazes de conseguir a fidelidade dos seus subalternos, ou seja, seus soldados eram mais fiéis ao seu interesse particular que ao de Roma¹⁹. Com isso os grandes generais tiveram poder militar capaz de causar uma guerra civil e abalar os princípios aristocráticos constituídos, culminando com a ascensão de Júlio César e a conseqüente derrocada da República. No entanto, o que hoje vemos como uma divisão clara entre República e Império não era bem assim à sua época. Os romanos depreciavam as coisas novas e valorizavam os costumes antigos. Isso que hoje vemos como uma ruptura, a transição de um estado republicano para algo novo, foi na verdade visto por eles, à sua época, como uma restauração dos valores tradicionais:

Na fase final da República, porém, as instituições estão cada vez mais abaladas; o poder efetivo concentrou-se nas mãos daqueles que dispõem de legiões e recompensam os seus soldados com lotes de terras em colônias; o Senado aceita submeter-se, desde que os privilégios da ordem senatorial sejam mantidos; a plebe de Roma abre mão de sua participação nas assembleias em troca de distribuição de trigo e de espetáculos; o cenário está pronto para o Príncipe assumir o poder. Augusto torna-se o detentor do poder imperial, mas apresentando-se como o restaurador da Respublica. (CORASSIN, 2006, p. 286).

A partir dessa época, Roma se tornou cada vez mais um centro de imigração, com diversas populações convivendo dentro de seus limites, virando um local onde várias culturas, línguas, costumes e religiões convergiam. Assim, o Império possibilitou uma grande mobilidade de pessoas e sua integração, como jamais vista anteriormente no Mediterrâneo²⁰. Em meio a tanta diversidade de povos em seu território, a “identidade romana teve que ser recriada para servir de parâmetro para o Império”²¹ e nesse “processo de criação identitária teve um papel central a produção de uma cultura letrada latina”²². Esses valores integrantes da cultura romana foram cristalizados após as guerras civis e sob a égide do *princeps* Augusto, o qual foi propagandeado pela poesia de Virgílio como um chefe sábio, racional e virtuoso e capaz de estabelecer a paz²³. Contudo, é preciso notar que essa paz, a *pax romana*, foi na verdade “uma construção ideológica para legitimar o império dos Romanos e o poder dos imperadores”²⁴.

A identidade romana foi, então, uma construção social, pois passou por muitas transformações devido a essa pluralidade de práticas culturais, acarretando mudanças a partir não só de hábitos, mas das tensões e negociações originadas pelo viver, em sua dimensão histórica e dinâmica²⁵. À vista dessa unidade e busca por identidade, o Império procurou ser:

19 CORASSIN, 2006, p. 284.

20 GUARINELLO, 2013, p. 158.

21 GUARINELLO, 2013, p. 143.

22 GUARINELLO, 2013, p. 144.

23 MENDES, 2007, p. 29.

24 MENDES, 2007, p. 39.

25 BUSTAMANTE, 2006, p. 131.

[...] uma entidade política centralizada, fundamentada numa estrutura celular e concêntrica, cujo poder hegemônico era exercido através de relações de troca de poder e riqueza entre o centro, áreas integradas, semiperiferias e periferias, cuja existência foi criada e reproduzida historicamente numa dinâmica de exploração, de integração, de interação e de diversidade cultural. (MENDES, 2007, p. 30).

Sob a expansão do Império, os valores romanos configuraram, então, a própria ideia de vida em comum nas populações anexadas, influenciando suas instituições e hábitos²⁶, e formando uma condição necessária “para estabelecer confiança e lealdade mútuas entre as unidades da comunidade, estimulando uma identificação parcial em termos de autoimagem e ação cooperativa”²⁷. Assim, o poder de Roma foi capaz de cooptar os membros das elites locais, criando “laços de *amicitia* com as classes dirigentes de outras cidades”²⁸, prometendo direitos e até cidadania, sendo que, em alguns casos, os “membros das oligarquias locais entraram no Senado de Roma”²⁹. Dessa forma, o Império chegava a permitir que o poder local se mantivesse desde que não se revoltasse ao domínio romano e aceitasse suas condições. A cidadania romana, então, era algo mais estendido que os modelos conhecidos anteriormente e contou com o apoio das elites locais:

O conceito de cidadania romana era muito mais amplo e flexível do que, por exemplo, o espartano ou o ateniense. Tornavam-se cidadãos romanos todos os escravos que eram manumitidos (os libertos), ainda que não dispusessem da totalidade dos direitos políticos. Os filhos de libertos, contudo, tinham a cidadania plena, pois tinham nascido livres (eram *ingenui*, em latim). Do mesmo modo, os romanos concediam a cidadania a pessoas e povos aliados. Muitos estudiosos veem nisso um dos motivos do sucesso romano, pois a concessão da cidadania fazia com que Roma passasse a se expandir também de modo pacífico, a partir de tratados de aliança com outros povos e cidades. (BELTRÃO et al., 2009, p. 239).

Contudo, uma elite local que tivesse se aliado à Roma, mesmo gozando de direitos políticos, ainda estava submetida ao poder dos romanos mais antigos. O historiador Tácito, em sua obra *Agrícola* (século I), ao comentar sobre a adoção de hábitos romanos na Bretanha, diz, de forma ácida, que a elite bretã aceitava placidamente a escravidão da ordem imperial romana sob uma falsa noção de liberdade, a *humanitas*³⁰:

Logo começaram a valorizar o nosso hábito de se vestir e a toga se tornou comum; aos poucos foram sendo desviados para o deleite dos vícios, pórticos, banhos e ao luxo dos banquetes. Ingênuos, eles chamavam de *humanidade civilizada* [*humanitas*] a isso que era parte de sua escravidão³¹.

26 BUSTAMANTE, 2006, p. 113.

27 BUSTAMANTE, 2006, p. 113.

28 BELTRÃO et al., 2009, p. 240.

29 GUARINELLO, 2013, p. 118.

30 GUARINELLO, 2013, p. 145.

31 Cornelius Tacitus, *De uita Iulii Agricolae*, § 21, trad. minha, mas baseada na versão em espanhol de J. M. Requejo em TÁCITO (1981, p. 74), grifo meu.

Esse tipo de caso, o auxílio das elites locais ao Império, exemplifica um dos tipos de interação entre os romanos e as populações dominadas. Porém existiram muitos outros níveis de inclusão à cidadania romana, uma vez que havia uma hierarquia de cidadania entre os povos e cidades conquistados pelo Império Romano. No entanto, nem sempre a aceitação das ordens romanas foi pacífica e sem revoltas. Os que se insurgiram e perdiam eram mortos ou escravizados, suas terras cedidas a colonos e seus bens materiais divididos entre os militares e o Império. Logo, para a parcela que sobreviveu desta população não havia nenhuma cidadania, eles eram apenas mais um dos bens obtidos pelo espólio. Um exemplo de contestação explícita à Roma foi o caso da cidade-templo Jerusalém, que no primeiro século de nossa era, revoltou-se contra o domínio romano a partir da sua população mais pobre (e não das elites locais), tendo sido massacrada pelos romanos e tido seu templo religioso, seu principal símbolo de coesão social, destruído³². Esses povos derrotados eram logo “vendidos como escravos ou submetidos a tratados muito desiguais, tais tratados (*foedera*) faziam chegar a Roma muitas riquezas, na forma de escravos, impostos e tributos”³³. Dessa forma, aqueles que se mostravam indóceis ao canto da *humanitas* romana, eram subjugados e não se tornavam cidadãos plenos, mas fontes materiais de riqueza para Roma.

Os *foederati*, então, não se tornavam uma colônia, pois eram cidades federadas plenamente independentes capazes de propor acordos com Roma, ainda que sob essa diferença abissal de forças³⁴, pois deviam aceitar sem discussão o que o Senado e o povo romano decretavam³⁵. Assim, eles permaneciam com alguma autonomia, mas não tinham a cidadania romana e ainda tinham que arcar com um pesado ônus, fornecendo suas riquezas ao Império e sendo obrigados a participar das campanhas militares romanas quando solicitados. Além disso, o Império ainda gerou uma classe de pessoas que se submeteram ao poder romano, os *dediticii*, que eram ainda pessoas livres, mas que nem eram cidadãos romanos e tão pouco tinham o direito de uma cidadania inferior, a latina (*ius latii*).

Quanto às terras dos povos subjugados, elas eram arrendadas à colonização e o que tivesse sobrado da cidade já construída pelos povos locais era usado para fundar colônias, que podiam ser tanto romanas quanto latinas. Nas colônias romanas havia “originalmente um objetivo militar, os cidadãos romanos recebiam pequenos lotes de terra e conservavam sua cidadania”³⁶. Enquanto que as colônias latinas eram formadas pelos povos latinos, ou seja, os “não-romanos, que recebiam lotes maiores de terra sem, entretanto, tornarem-se cidadãos com plenos direitos, já que não podiam votar nas assembleias”³⁷.

32 GUARINELLO, 2013, p. 146.

33 BELTRÃO et al., 2009, p. 255.

34 BUSTAMANTE, 2006, p. 114.

35 SESTON, 1980, p. 13.

36 BELTRÃO et al., 2009, p. 242.

37 BELTRÃO et al., 2009, p. 243.

Com relação às populações que cediam ao poder de Roma, a cidadania ainda podia ser compreendida como *ciuitates sine suffragio*, onde essa população era considerada como “cidadãos de segunda classe, que gozavam de cidadania romana incompleta, sem direito de votar nas assembleias”³⁸. Como também ainda havia uma outra forma, a condição de *municipium*, “cuja população local tinha a cidadania romana e total autonomia em relação aos assuntos internos”³⁹. Havia, por conseguinte, uma evolução quanto ao processo de inclusão de uma cidade nova ao Império Romano: de cidade peregrina (independente) à concessão de municipalidade com direito latino (cidadania reduzida), para então se tornar um município romano capaz de ser promovido à colônia honorária, onde os cidadãos seriam, finalmente, assimilados à Roma, marcando a renúncia de qualquer direito próprio e a total adoção do direito romano⁴⁰.

Portanto, mais que apenas o poder negativo da violência, Roma constituiu diversos tratados e alianças, criando vínculos de *amicitia* com os povos com que se relacionava e usando um dos lados do seu poderio para induzir as elites locais para que a ajudassem a dominar. Roma era, então, a *domina mundi* de seu tempo, mas a ideia de uma Roma domesticada e bem intencionada, que levava a cultura aos bárbaros necessitados, foi uma criação ideológica mais próxima de nossa época.

A *romanização* é uma ideia de historiadores da primeira metade do séc. XX considerada ultrapassada atualmente, pois faz parecer que os conquistados teriam aceitado sem reclamações as benesses da civilização superior de Roma⁴¹. Como aponta Regina Bustamante⁴², a *pax romana* foi utilizada pela ideologia burguesa, mesmo reconhecendo alguns excessos dos romanos, para legitimar o imperialismo europeu na África e na Ásia. Assim, da mesma forma que Roma teria civilizado os povos bárbaros, romanizando-os, cabia agora aos países europeus a missão colonizadora. Para essa corrente historiográfica colonial, a romanização se caracterizou pelo processo por onde os povos bárbaros se tornariam civilizados, ou seja, novos romanos e europeus, e com isso se procurou estabelecer paralelos entre o expansionismo de Roma e da Europa colonial⁴³.

Contudo, atualmente os historiadores buscam refutar essa lógica de uma romanização progressista e uniforme, como se tivesse havido um suposto abandono da identidade nativa para adotarem a cultura romana deliberadamente⁴⁴. Dessa forma, a perspectiva pós-colonial rejeita essa explicação da romanização como ato de civilizar os bárbaros, resgatando a pluralidade e o dinamismo dos elementos nativos, afastando-se de uma perspectiva unitária e autônoma de cultura⁴⁵. Sendo assim, o conceito de romanização é atualmente ressignificado à luz das teorias mais recentes, deixando de representar a

38 BELTRÃO et al., 2009, p. 241.

39 BELTRÃO et al., 2009, p. 241.

40 BUSTAMANTE, 2006, p. 115.

41 GUARINELLO, 2013, p. 143.

42 BUSTAMANTE, 2006, p. 109.

43 BUSTAMANTE, 2006, p. 110.

44 MENDES, 2007, p. 26.

45 BUSTAMANTE, 2006, p. 109.

imposição da cultura centralizada no império, para entendê-lo “como um processo de mudança socioeconômica multifacetada em termos de seu significado e mecanismos, implicando diferentes formas de ajustamento cultural entre os romanos e os povos dominados”⁴⁶. Por conseguinte, romanização é hoje tratada como “um processo de aculturação de mão dupla e não somente o resultado de mudanças impostas pelos conquistadores”⁴⁷, mas, principalmente, sem manter as influências coloniais da historiografia ainda recente. Ou seja, em sua ressignificação atual, o conceito de romanização identifica que Roma submeteu sua *humanitas* aos outros povos, mas, ao mesmo tempo, ela também foi influenciada pela cultura dessas populações subalternas.

∴

Como visto, ser um romano era algo que variou ao longo do tempo (da monarquia ao império), mas também pela geografia (as distintas cidades englobadas por Roma). Devido à força do poderio militar romano, recusar fazer parte de Roma era quase assinar uma sentença de morte. Entretanto, ceder à Roma e tornar-se parte dela não garantia necessariamente um *status* privilegiado de cidadão. Contudo, independentemente dos direitos obtidos pela cidadania, um traço da força romana se manteve dominante: a sua influência cultural. Ao contrário do que foi entendido no passado, a romanização foi, na verdade, uma via de mão dupla, por onde tanto Roma quanto as cidades que ela conquistava se co-influenciavam, adaptando-se a esse novo mundo de grande interação humana. A antiguidade nessa região foi, então, uma grande confluência de povos e trocas culturais, mas marcada pela hierarquização e a imposição do domínio romano sob as mais variadas populações. Portanto, entender como era constituída a cidadania romana é, também, uma forma de entender o que era o romano, representando uma forma importante de se compreender o que foi Roma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELTRÃO, C; DAVIDSON, J. **História Antiga**. Volume 2. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.
- GUARINELLO, N. **História Antiga**. São Paulo: Contexto, 2013.
- MENDES, N. Império e Romanização: ‘Estratégias’, Dominação e Colapso. **Brathair**. Vol. 7, n. 1, p. 25-48, 2007. Disponível em: <<http://ppg.revistas.uema.br/index.php/brathair/article/view/549/477>>
- BUSTAMANTE, R. Práticas Culturais no Império Romano: entre a Unidade e a Diversidade. In: SILVA, G.; MENDES, N. **Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e Cultural**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.
- CORASSIN, M. O cidadão romano na república. **Projeto História**. n. 33, dez., p. 271-287, 2006. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2295>>
- SESTON, W. La citoyenneté romaine. **Publications de l'École Française de Rome**, n. 43, p. 3-18, 1980. Disponível em: <www.persee.fr/doc/efr_0000-0000_1980_ant_43_1_1285>
- TÁCITO, C. **Agrícolas; Germania; Diálogo sobre los oradores**. Trad. de J. M. Requejo. Madrid: Gredos, 1981.

46 MENDES, 2006, p. 41, *apud* BELTRÃO et al., 2009, p. 336.

47 BELTRÃO et al., 2009, p. 336.